

# Apresentação do Dossiê

## **Sergio Willian de Castro Oliveira Filho**

Doutor em História e professor da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará - EAMCE

## **Robert Wagner Porto da Silva Castro**

Doutor em História e pesquisador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha - DPHDM

*O mar é a traqueia dos estados marítimos. A nação que deixou pesar-lhe sobre esse órgão a planta do adversário é nação previamente perdida no primeiro ensaio de forças.*

Ruy Barbosa, Cartas de Inglaterra, 1896, p.125

No contínuo processo de desenvolvimento das sociedades há marcos históricos cujos desdobramentos resultam em diferentes transformações, tanto nos grupos sociais que os vivenciaram diretamente quanto naqueles com os quais em alguma medida se relacionavam à época. Os processos de emancipação política de estados coloniais são exemplos desses episódios do processo histórico, sobre os quais o olhar do historiador vem contribuir para descortinar as variadas perspectivas acerca das diversas relações estabelecidas entre sujeitos e instituições nesses contextos multifacetados e, naturalmente, tensionados.

Destarte, na oportunidade em que celebramos os duzentos anos da campanha da Independência e, não por acaso, também os duzentos anos de criação da Esquadra brasileira, o presente dossiê temático propõe destacar a centralidade do poder naval no processo de consolidação do Estado brasileiro, no quadro dos conflitos levados a cabo com essa finalidade, no mar e em terra, entre os anos de 1822 e 1825.

É nesse sentido que as palavras do trecho em epígrafe – do jurista, político e diplomata brasileiro Ruy Barbosa – se mostram significativamente emblemáticas na medida em que, ainda que elaboradas em um contexto histórico posterior e notadamente diferente daquele que é o foco sobre o qual se debruça este dossiê, apontam para um entendimento que fundamentou a constituição de uma Esquadra nacional como elemento militar e político essencial para a consolidação da Independência e a manutenção da integridade territorial do Brasil.

Nesse prisma, a necessária correlação histórica entre as duas efemérides supramencionadas é o eixo em torno do qual se desenvolvem as análises que integram esta seção da Revista *Navigator* que, na esteira dos dois números anteriores, vem concluir a série de dossiês dedicados ao Bicentenário da Independência, ocupando-se daquele que podemos compreender como o ápice do decurso emancipatório brasileiro em relação a Portugal. Cenário sobre o qual, desde as duas margens do Atlântico, historiadores e estudiosos têm buscado estabelecer reflexões que, necessariamente, dialogam com o complexo e plural campo da História Marítima. Algumas das quais consagrados historiadores, brasileiros e portugueses, aceitaram dedicar especialmente a este dossiê temático.

Abrindo esta seção, temos o artigo "A Armada e a Construção Naval do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves", no qual o professor Nuno Saldanha, doutor em Ciências Históricas e docente do Centro de História da Universidade de Lisboa, apresenta uma importante contribuição para o estudo da Armada Real, em especial no que afeta à construção naval entre os anos de 1815 e 1822, enquanto prevaleceu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Apontando para o que teria constituído a gênese não apenas da Marinha Imperial brasileira, mas da própria Armada Real portuguesa dos anos iniciais do século XIX.

Na sequência, o texto "A Armada Real na Independência do Brasil. Da partida do Rei à rendição da Província Cisplatina (1821-1823)", do Capitão de Mar e Guerra da Marinha de Portugal José António Rodrigues Pereira, acadêmico da Academia de Marinha e da Academia Portuguesa de História, traz uma análise sobre a atuação da Marinha portuguesa no cenário tensionado entre Brasil e Portugal, desde a partida de D. João VI do Rio de Janeiro rumo a Portugal, em abril de 1821, passando pela campanha militar-naval contra as forças brasileiras, até o fim dos combates e a consequente rendição do contingente português na Cisplatina em novembro de 1823.

O terceiro artigo inaugura a sequência de textos dedicados especificamente ao preparo e emprego do poder naval brasileiro no quadro das lutas emancipatórias e de consolidação da Independência. Nesse sentido, no artigo "José Bonifácio e o Poder Naval Imperial no processo de Independência", o Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil Francisco Eduardo Alves de Almeida, doutor em História e professor do Programa de Pós-graduação de Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, analisa o papel de um dos personagens centrais nesse contexto, José Bonifácio de Andrada e Silva, e do poder naval na consolidação do Estado brasileiro.

Em seguida, no artigo "A Marinha de Guerra na Independência do Brasil: um instrumento estratégico para a vitória na guerra (1821-1824)" o Ministro Hélio Franchini Neto, diplomata do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e doutor em História, centra sua análise sobre o processo de Independência e o tema da guerra, destacando a constituição da Marinha Imperial e as operações militares e navais, com ênfase na complementariedade entre as ações navais e aquelas levadas a cabo em terra.

Por fim, no artigo "As ações navais da Flotilha Itaparicana durante a Guerra da Independência na Bahia 1822-1823", o professor Johny Santana de Araújo, doutor em História e docente da Universidade Federal do Piauí, analisa um dos mais emblemáticos episódios dos combates pela Independência, abordando a narrativa sobre a formação e atuação dessa Flotilha e a sua contribuição para o sucesso da campanha emancipatória na Bahia.

Na esperança de que este dossiê temático proporcione proveitosas reflexões que venham suscitar novos estudos dedicados ao campo da História Marítima, desejamos a todos agradáveis momentos e uma excelente leitura!